

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: 1103 - CRECHE

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 39,00

Nº Médio de Funcionários: 8,50

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	43.546,70	39.243,40
Subsídios, doações e legados à exploração		98.730,90	91.288,89
Subsídios de entidades públicas	11.10	93.207,60	91.288,89
ISS, IP – Centros Distritais		93.207,60	91.288,89
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		5.523,30	0,00
Doações heranças e legados	7	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	11.1	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-7.793,26	-7.843,20
Fornecimentos e serviços externos		-18.575,63	-14.332,63
Gastos com pessoal		-117.168,35	-116.596,87
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		5.013,52	4.038,91
Correções relativas a anos anteriores	11.12	0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		3.121,36	0,00
Outros rendimentos		1.892,16	0,00
Outros gastos		0,00	-137,91
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11.14	3.753,88	-4.339,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-663,48	-446,39
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.090,40	-4.785,80
Juros e rendimentos similares obtidos		87,50	305,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	-1,86
Resultado antes de impostos		3.177,90	-4.482,66
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.177,90	-4.482,66

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: 1104 - ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 40,00

Nº Médio de Funcionários: 5,35

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	51.068,50	53.627,70
Subsídios, doações e legados à exploração		87.456,60	83.606,40
Subsídios de entidades públicas	11.1011.10	87.456,60	83.606,40
ISS, IP – Centros Distritais		83.774,40	83.606,40
Outras entidades públicas		3.682,20	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados	7	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	11.1	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	9	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11.545,56	-11.686,40
Fornecimentos e serviços externos		-22.612,91	-23.080,32
Gastos com pessoal		-84.055,55	-82.560,43
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		5.013,52	4.038,90
Correções relativas a anos anteriores	11.12	0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP	11.12	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		4.564,23	0,00
Outros rendimentos		449,29	0,00
Outros gastos		-15,96	-471,91
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP	11.13	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos	5	-15,96	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.308,64	23.473,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	11.14	-2.515,54	-2.334,88
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.793,10	21.139,06
Juros e rendimentos similares obtidos		87,50	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		22.880,60	21.139,06
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		22.880,60	21.139,06

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: 1145 - CATL - C/ EXTENSÃO DE HORÁRIO S/ ALMOÇO

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 14,00

Nº Médio de Funcionários: 1,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	3.552,50	3.899,00
Subsídios, doações e legados à exploração		10.212,45	7.297,56
Subsídios de entidades públicas		10.212,45	7.297,56
ISS, IP – Centros Distritais	11.10	7.450,80	7.297,56
Outras entidades publicas		2.761,65	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados	7	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	11.11	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	9	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-865,92	-921,60
Fornecimentos e serviços externos		-10.978,52	-6.741,25
Gastos com pessoal		-17.829,97	-17.566,83
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		736,44	565,74
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP	11.12	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	11.12	0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		701,93	0,00
Outros rendimentos		34,51	0,00
Outros gastos		0,00	-137,91
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15.173,02	-13.605,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-993,10	-993,10
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16.166,12	-14.598,39
Juros e rendimentos similares obtidos		87,50	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-16.078,62	-14.598,39
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do período		-16.078,62	-14.598,39

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: 2103 - CENTRO DE DIA

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 20,00

Nº Médio de Funcionários: 4,15

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	29.446,85	25.458,80
Subsídios, doações e legados à exploração		33.014,25	30.157,21
Subsídios de entidades públicas	11.1011.10	33.014,25	26.023,47
ISS, IP – Centros Distritais		26.570,40	26.023,47
Outras entidades publicas		6.443,85	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	4.133,74
Doações heranças e legados	7	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	11.1	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	9	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-8.659,17	-8.764,80
Fornecimentos e serviços externos		-25.583,16	-20.319,26
Gastos com pessoal		-35.659,93	-36.598,25
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		5.013,51	6.377,38
Correções relativas a anos anteriores	11.12	0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP	11.12	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		4.876,18	0,00
Outros rendimentos		137,33	0,00
Outros gastos		0,00	-137,90
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.427,65	-3.826,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-5.546,84	-5.366,69
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.974,49	-9.193,51
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	87,50	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-7.886,99	-9.193,51
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do período		-7.886,99	-9.193,51

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Número RS/Actividades agregadas: 4

Mapa A. Demonstração dos resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		127.614,55	122.228,90
Subsídios, doações e legados à exploração		229.414,20	212.350,06
Subsídios de entidades públicas		223.890,90	208.216,32
ISS, IP – Centros Distritais		211.003,20	208.216,32
Outras entidades públicas		12.887,70	0,00
Subsídios de outras entidades		5.523,30	4.133,74
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-28.863,91	-29.216,00
Fornecimentos e serviços externos		-77.750,22	-64.473,46
Gastos com pessoal		-254.713,80	-253.322,38
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		15.776,99	15.020,93
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		13.263,70	0,00
Outros rendimentos		2.513,29	0,00
Outros gastos		-15,96	-885,63
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		-15,96	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.461,85	1.702,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9.718,96	-9.141,06
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.742,89	-7.438,64
Juros e rendimentos similares obtidos		350,00	305,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	-1,86
	Resultado antes de impostos	2.092,89	-7.135,50
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
	Resultado líquido do período	2.092,89	-7.135,50

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	24.343,95	25.952,16
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		24.343,95	25.952,16
Ativo corrente			
Inventários	7	562,11	363,73
Créditos a receber	11.2	1.563,50	851,25
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	11.4	394.081,21	408.121,15
Outros ativos correntes	11.3	40.177,62	40.177,62
Caixa e depósitos bancários	11.5	56.046,62	51.437,56
		492.431,06	500.951,31
Total do Ativo		516.775,01	526.903,47
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.6		
Excedentes técnicos		6.516,39	6.516,39
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.6	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		191.293,31	198.428,81
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		272.613,78	285.877,48
Doações		272.613,78	285.877,48
Outras variações		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		470.423,48	490.822,68
Total dos fundos patrimoniais		2.092,89	-7.135,50
		472.516,37	483.687,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	2.217,69	2.710,51
Estado e outros entes públicos	11.8	5.431,05	5.461,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	11.9	36.609,90	35.044,46
		44.258,64	43.216,29
Total do Passivo		44.258,64	43.216,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		516.775,01	526.903,47

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Mapa C)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004378421 - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Mapa C. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		126.472,80	120.852,15
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-65.873,70	-69.610,21
Pagamentos ao pessoal		-171.005,66	-168.167,00
Caixa gerada pelas operações		-110.406,56	-116.925,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		115.015,62	120.533,21
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.609,06	3.608,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.609,06	3.608,15
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		51.437,56	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		56.046,62	0,00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ilmos. Senhores:

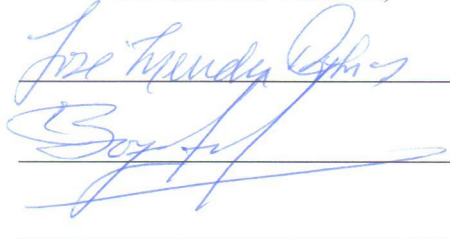
Dando cumprimento ao determinado no Artigo 35º, nº 4 dos Estatutos deste Centro Social, permitimo-nos emitir o nosso parecer sobre o Relatório de Contas da Direção, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Depois de verificada toda a documentação e contas que nos foram apresentadas e se encontravam na devida ordem, leva-nos a emitir o seguinte PARECER:

- 1º – Que sejam aprovados o Relatório e Contas da Direção, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- 2º – Que os resultados do exercício sejam levados à rubrica “Resultados Transitados”, de acordo com a proposta da Direção;
- 3º – Que seja aprovado um voto de louvor à Direção, pela ação desenvolvida no decorrer do exercício de 2017;
- 4º – Que seja distinguido todo o pessoal que se mostrou zeloso no cumprimento das suas obrigações.

Guimarães, 21 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL,



Handwritten signature of José Mendes Alves in blue ink, written over a horizontal line. Below it is another horizontal line, and further down, a third horizontal line.

ACTAS

Folha 24

-----ATA NÚMERO DUZENTOS E CATORZE-----

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas reuniu a Direção do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, estando ausentes a Doutora Fátima Monteiro. Estiveram ainda presentes a Educadora Coordenadora, a Diretora Técnica do Centro de Dia e a Responsável pelos Serviços Administrativos. -----

Foi lida e aprovada - a ata da reunião anterior. -----

O Senhor Tesoureiro fez um relato exaustivo de apresentação das contas de dois mil e dezassete que apresentam um saldo de dois mil e noventa e dois euros e oitenta e nove cêntimos, tendo sido as mesmas aprovadas por unanimidade. O mesmo Senhor Tesoureiro solicitou de todos os membros da Direção uma atenção muito especial para a situação financeira da Instituição, que é saudável, havendo no entanto a necessidade de arranjar formas alternativas de captação de receitas. -----

Em seguida e tendo presente as orientações da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, foi deliberado dar resposta aos documentos recebidos da Segurança Social sobre o funcionamento da Creche, Jardim de Infância, Centro de Atividades e Tempos Livres e Centro de Dia. Essa resposta será dada tendo em conta as orientações acima referidas, bem como os protocolos em devido tempo celebrados com o Centro Distrital de Segurança Social. -----

Porque um dos problemas visados num dos documentos da Segurança Social dizia respeito à Diretora Técnica do Centro de Dia, a Direção deliberou celebrar um contrato a tempo parcial com uma enfermeira que irá desempenhar essas funções, mediante a retribuição de quatrocentos euros mensais. -----

A Educadora Coordenadora informou ter estado na Instituição, no dia treze, a Delegada de Saúde Pública a inteirar-se do funcionamento da Instituição no que aquela área diz respeito, aguardando-se o envio do respetivo relatório. -----

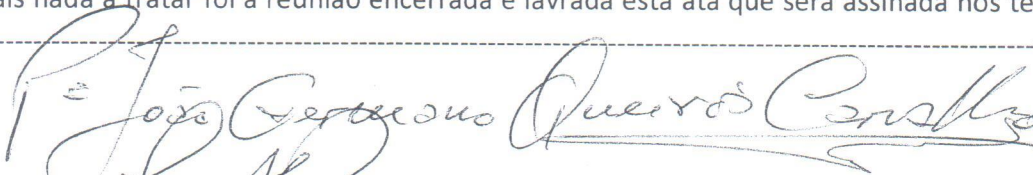
Em seguida foram analisados e resolvidos os seguintes assuntos: -----

- Oferecer amêndoas a crianças e idosos e pão-de-ló aos colaboradores; -----
- Solicitar ao Senhor Presidente Padre Queirós para avisar nas Eucaristias a abertura das inscrições para as várias valências da Instituição; -----
- Adquirir dez fardas para as colaboradoras do Centro de Dia; -----
- Deliberado não assinar protocolo de Cooperação com o Instituto de Desenvolvimento de Guimarães; -----

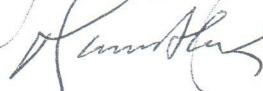
Foi a Direção informada que uma utente do Centro de Dia Maria da Conceição da Silva Ribeiro foi encaminhada para o Hospital de Felgueiras a aguardar vaga numa Unidade de Cuidados Continuados. -----

E não havendo mais nada a tratar foi a reunião encerrada e lavrada esta ata que será assinada nos termos da lei. -----

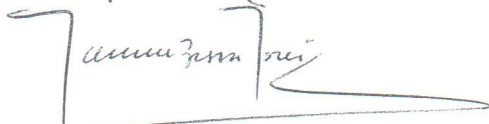
O PRESIDENTE:



O VICE-PRESIDENTE:



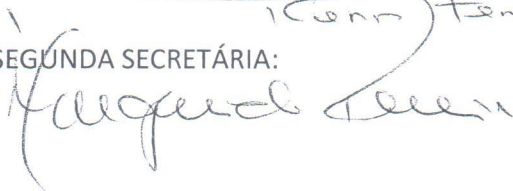
O TESOUREIRO:



A PRIMEIRA SECRETÁRIA:



A SEGUNDA SECRETÁRIA:



O PRIMEIRO VOGAL: *gaão da burba*

O SEGUNDO VOGAL:



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO
GUIMARÃES

C
27/03
Hein

Anexo

(Contas do Exercício de 2017)

16 de Março de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	14
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas	14
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5	Activos Fixos Tangíveis	15
6	Activos Intangíveis.....	16
7	Inventários	16
8	Rédito	17
9	Benefícios dos empregados	17
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
11	Outras Informações.....	18
11.1	Investimentos Financeiros	18
11.2	Clientes e Utentes	18
11.3	Outras contas a receber	18
11.4	Diferimentos	19
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	19
11.6	Fundos Patrimoniais.....	19
	Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:	19
11.7	Fornecedores	20
11.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
11.9	Outras Contas a Pagar	20
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	20
11.11	Fornecimentos e serviços externos.....	21
11.12	Outros rendimentos e ganhos	21
11.13	Outros gastos e perdas	21
11.14	Resultados Financeiros.....	21
11.15	Acontecimentos após data de Balanço	22

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Nossa Senhora da Conceição é uma fundação ereta, em pessoa jurídica canónica, por decreto do Arcebispo Primaz de Braga.

O Centro, segundo o Decreto-Lei n.º 119/83, está integrado na ordem civil como Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Nossa Senhora da Conceição, n.º 187, na freguesia de Azurém, concelho de Guimarães. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Creche;
- Pré – Escolar;
- ATL;
- CENTRO DE DIA.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, complementada pela Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março, n.º 51 – Série I.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de a entidade prosseguir com as suas atividades. Da avaliação resultou que as suas atividades têm condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 Pressuposto do Acréscimo:

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcional informação fiável e mais relevante para os Clientes/Utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de

itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

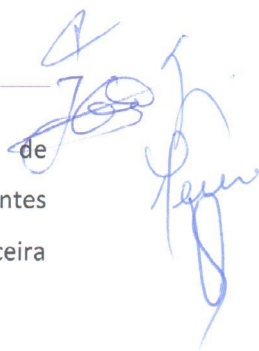
Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à atividade necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

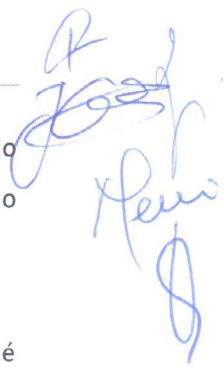
Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos patrimoniais como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método *da linha reta*, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta variações nos fundos patrimoniais.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por uma entidade especializada independente. São reconhecidas as variações diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica aumentos/reduções de justo valor.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica propriedades de investimento em desenvolvimento até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como variação de valor das propriedades de investimento, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

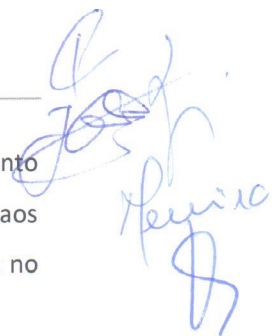
3.2.4 Activos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividade de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.5 Imposto sobre o Rendimento



Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

3.2.6 Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
 - i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
 - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
 - iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
 - Financiamentos obtidos;
 - Outros passivos financeiros
 - Contratos para contrair empréstimos.
- b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (são adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidencia de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o

controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.8 Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.9 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de outras variações nos fundos patrimoniais. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Locação Financeira

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.12 Empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.13 Benefícios aos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- a) Benefícios de curto-prazo;

Os benefícios de curto prazo incluem, remunerações e contribuições para a Segurança Social.

- b) Benefícios de cessação.

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	87.918,30	0,00				87.918,30
Equipamento de transporte	14.921,30	21.867,96				36.789,26
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	45.752,24	0,00				45.752,24
Outros Activos fixos tangíveis	1.166,39	0,00				1.166,39
Total	149.758,23	21.867,96	0,00	0,00	0,00	171.626,19
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	76.915,13	2.474,11				79.389,24
Equipamento de transporte	14.921,30	5.466,99				20.388,29
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	43.530,15	1.199,96				44.730,11
Outros Activos fixos tangíveis	1.166,39	0,00				1.166,39
Total	136.532,97	9.141,06	0,00	-619,40	0,00	145.674,03

Depreciações acumuladas

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	87.918,30	5.847,55				93.765,85
Equipamento de transporte	36.789,26	0,00				36.789,26
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	45.752,24	2.263,20				48.015,44
Outros Activos fixos tangíveis	1.166,39					1.166,39
Total	171.626,19	8.110,75	0,00	0,00	0,00	179.736,94
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	79.389,24	3.386,71				82.775,95
Equipamento de transporte	20.388,29	5.466,99				25.855,28
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	44.730,11	865,26		0,00		45.595,37
Outros Activos fixos tangíveis	1.166,39	0,00				1.166,39
Total	145.674,03	9.718,96	0,00	0,00	0,00	155.392,99

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A Entidade não tem ativos intangíveis.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	431,51	29.148,22	0,00	363,73	29.062,29	0,00	562,11
Produtos acabados e intermédios	0,00			0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	431,51	29.148,22	0,00	363,73	29.062,29	0,00	562,11

8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,0
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	127.614,55	122.228,90
Quotas e jóias	0,00	0,00
Serviços Secundários	0,00	0,00
Comparticipação de Utentes	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	127.614,55	122.228,90

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 19 e em 31/12/2017 foi de 19

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	204.836,23	202.573,52
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	266,80	2.276,00
Encargos sobre as Remunerações	44.527,39	43.287,40
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.393,14	3.776,90
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	690,24	1.408,56
Total	254.713,80	253.322,38

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1.563,50	851,25
Total	1.563,50	851,25

11.3 Outras contas a receber

A rubrica outras contas a receber tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	40.177,62	40.177,62
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	40.177,62	40.177,62

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Outras contas a receber e pagar	394.081,21	408.121,15
Total	394.081,21	408.121,15
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0.00	0.00

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.313,05	1.294,67
Depósitos à ordem	14.733,57	10.142,89
Depósitos a prazo	40.000,00	40.000,00
Outros	0,00	0,00
Total	56.046,62	51.437,56

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.516,39			6.516,39
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados Transitados	198.428,81		-7.135,50	191.293,31
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	285.877,48		-13.263,70	272.613,78
Total	490.822,68		-20.399,20	470.423,48

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	2.217,69	2.710,51
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	2.217,69	2.710,51

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	729,74	859,27
Segurança Social	4.701,31	4.602,05
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.431,05	5.461,32

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		36.609,90		35.044,46
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		
Total	0,00	36.609,90	0,00	35.044,46

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	211.003,20	208.216,32
Subsídios de outras entidades	18.411,00	4.133,74
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	229.414,20	212.350,06

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	77.750,22	64.473,46

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	138,91	136,32
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	10,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	15.638,08	14.874,61
Total	15.776,99	15.020,93

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	334,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	15,96	551,63
Total	15,96	885,63

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	1,86
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	1,86
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	350,00	305,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0	0,00
Total	350,00	305,00
Resultados Financeiros	350,00	303,14

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em, 21 de março de 2018.

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção

